

A reforma da ICANN sob ponto de vista do governo brasileiro

Oppermann, Daniel

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Oppermann, D. (2009). A reforma da ICANN sob ponto de vista do governo brasileiro. *Boletim OPISA*, 6, 13-17. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-90203-3>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC-ND Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell-Keine Bearbeitung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/1.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC-ND Licence (Attribution-Non Commercial-NoDerivatives). For more information see:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/1.0>



Observatório Político
Sul-Americano

O **Observatório Político Sul-Americano - OPISA** é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

Coordenadora Acadêmica

Maria Regina Soares de Lima
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt University

Coordenador Executivo

Marcelo Vasconcelos Coutinho
Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ

Assistentes de Coordenação

Regina Kfuri
Daniela Ribeiro

Assistentes de Pesquisa

Clayton Cunha (Bolívia)
Daniel Castelan (Brasil)
Daniel Oppermann (Indicadores)
Eduardo Achilles (Peru)
Fernanda Pernasetti (Equador)
Fidel Flores (Venezuela)
Flávio Pinheiro (Chile)
Mayra Goulart da Silva (Paraguai)
Suhayla Khalil (Uruguai)
Tatiana Santos (Colômbia)
Tatiana Teixeira (Argentina)

Boletim OPISA

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade bimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2009.

O Boletim OPISA é publicado na segunda semana do mês seguinte aos dois meses a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

ISSN 1809-8827

Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro
IUPERJ



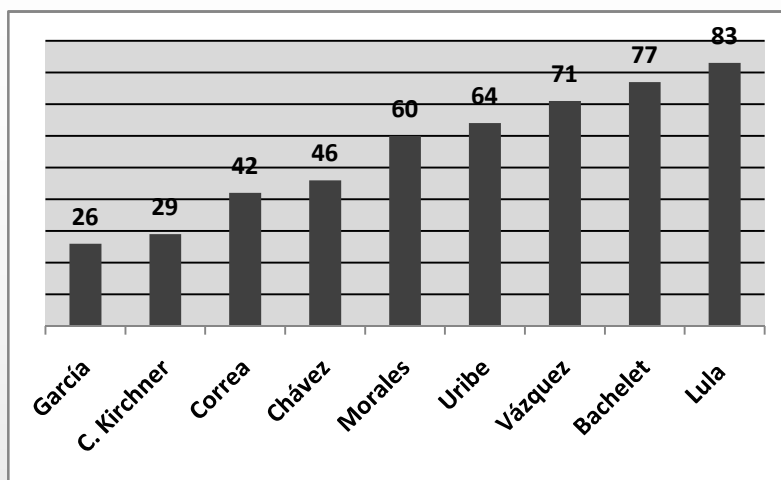
Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://observatorio.iuperj.br>
E-mail: observatorio@iuperj.br

Aprovação dos Presidentes da América do Sul

Flávio Pinheiro

Gráfico 1: Aprovação dos presidentes da América do Sul (Set./Nov. 2009)



Em relação aos números apresentados no Boletim OPISA anterior, houve pouca alteração do nível de aprovação dos presidentes da América do Sul. Luiz Inácio Lula da Silva (Novembro/Brasil), Tabaré Vázquez (Novembro/Uruguai) e Cristina Kirchner (Setembro/Argentina) mostraram sensível aumento. Já os presidentes Michelle Bachelet (Novembro/Chile), Álvaro Uribe (Novembro/Colômbia) e Rafael Correa (Novembro/Equador) sofreram queda nos níveis de aprovação. Alan García (Novembro/Peru), por sua vez, não apresentou alterações. Em razão da ausência pesquisas atualizadas, os números de aprovação de Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chávez (Venezuela) são os mesmos da publicação anterior e são referentes aos meses de setembro e outubro, respectivamente.

A ausência de número referente ao presidente paraguaio, Fernando Lugo, deve-se à impossibilidade de comparação entre as últimas pesquisas sobre sua aprovação e aquelas sobre os demais presidentes. Enquanto todas as pesquisas acima apresentadas seguem um mesmo padrão de pergunta ao entrevistado (aprova ou desaprova), a indicação mais atualizada sobre Lugo segue outro critério (Muito bom/Bom – Regular – Ruim/Muito Ruim). Nesse sentido, em investigação realizada no mês de novembro, 16,7% dos entrevistados avaliam o governo Lugo como Muito Bom/Regular; 57,8%, como Regular; e 20% como Ruim/Muito Ruim.

Os números apresentados são dos seguintes institutos: Poliarquia (Argentina), Ipsos Apoyo (Bolívia), Ibope (Brasil), Adimark (Chile), Invamer Gallup (Colômbia), Cedatos (Equador), GEO (Paraguai), Ipsos Apoyo (Peru), Data Analysis (Venezuela) e Equipos Mori (Uruguai). Para as séries históricas dos números de aprovação presidencial de Bolívia (2003-2009), Brasil (1995-2009), Chile (1990-2009), Colômbia (1994-2009), Equador (2007-2009), Peru (1985-2009) e Venezuela (1999-2009), ver link: <http://observatorio.iuperj.br/indicadores.htm>

Governança da Internet

A reforma da ICANN sob ponto de vista do governo brasileiro

Daniel Oppermann

Na regulação global da internet, o ano 2009 testemunha um evento crucial para o Brasil e todos os países na América do Sul, além de outras regiões do mundo. No dia 30 de

setembro, a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) decidiu substituir o Joint Project Agreement (JPA) pelo Affirmation of Commitments (AoC), que agora vai representar a estrutura contratual entre a organização e o Departamento de Comércio (DOC) dos EUA. Nos últimos anos, as relações entre o governo dos EUA e a ICANN

foram consideradas por um grande número de governos no mundo como uma forma de controle unilateral sobre a internet. Como consequência, a democratização do controle da ICANN tornou-se um dos assuntos principais na agenda global para a governança da internet e também para o governo brasileiro, que já durante o processo da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação enfatizou “a necessidade de uma forma multilateral, transparente e democrática na governança da internet.” (NOGUEIRA 2004). Essa posição é válida até 2009, o ano no qual aconteceu o quarto e penúltimo Fórum de Governança da Internet, em Sharm el-Sheikh no Egito.

Logo depois do fórum em novembro, o secretário do Itamaraty Vitor Hansem (Divisão da Sociedade da Informação, criado em 2008) declarou em entrevista ao autor que o governo brasileiro está continuamente apoiando a abordagem multissetorial/multistakeholder no processo da governança da internet. Essa abordagem preconiza a participação de vários atores diferentes dos três grandes grupos de interesse na política internacional, ou seja, o setor público, o setor privado e o terceiro setor (a sociedade civil). A ideia da governança multissetorial está baseada no respeito dos atores diferentes aos membros dos outros setores e na igualdade deles em

relação a participação nos processos de discussão e também de decisão. O reconhecimento de todos os participantes como parceiros iguais é fundamental para o caráter democrático do processo.

No caso da ICANN, que é responsável por algumas questões centrais em relação à internet, como o sistema de nomes de domínios e os números de protocolo da internet (IP), o fator democrático sofreu desde sua fundação por causa do desequilíbrio de controle e influência. Um dos pontos criticados pelo governo brasileiro é que a ICANN representa uma entidade sob a lei de um estado nacional (EUA, mais especificamente a lei da Califórnia) que tem controle sobre recursos que afetam a internet em todos os países do mundo como os domínios genéricos (gTLDs), por exemplo .com, .org, .net, e os códigos de países (ccTLDs), por exemplo .br, .ar, .cl. Além disso, a ICANN tinha, através do JPA, a obrigação de reportar-se somente para uma entidade do governo dos EUA, o Departamento de Comércio, ignorando não só os interesses legítimos dos outros governos, mas também de todos os atores restantes do setor privado e da sociedade civil. Do ponto de vista do governo americano, o controle pelo DOC garantia certa forma de estabilidade para o funcionamento da internet, já que o país possui uma estrutura de

telecomunicações bem elaborada. Outro argumento é o papel importante e os investimentos grandes do governo dos EUA no desenvolvimento da internet, começando com a ARPANET em 1969, conectando quatro universidades nos EUA.

Outra crítica do governo brasileiro à ICANN foi a função do Conselho Assessor Governamental (GAC). O GAC oferece a possibilidade para governos (e organizações intergovernamentais) de participar nos processos da ICANN influenciando decisões políticas sobre o sistema de nomes de domínios e outros aspetos no âmbito da corporação. Em novembro de 2009, o GAC tinha 109 membros, dos quais 40 eram considerados membros ativos. A possibilidade do GAC influenciar as decisões da ICANN se dava principalmente através de conselhos direcionados à diretoria. Desde 2002, era quase uma obrigação para ICANN seguir os conselhos do GAC. Segundo as próprias regulações da ICANN, uma rejeição significaria abrir um novo processo de negociações com o GAC para conseguir uma decisão comum, o que deixou influência do GAC maior do que de outros comitês (IGP 2008). Mesmo assim, do ponto de vista do governo brasileiro, o comitê foi considerado "bastante fraco, havendo poucas condições para o exercício da responsabilidade dos governos nos

temas de políticas públicas no âmbito da ICANN. (entrevista com Vitor Hansem).

Já antes das eleições presidenciais nos EUA em 2008, analistas articularam a possibilidade de que, caso o candidato Obama ganhasse as eleições, teria pela primeira vez a chance de fazer o próximo passo na democratização da internet. Durante os primeiros meses depois das eleições, não ficou claro qual decisão o DOC ia tomar a esse respeito. A própria ICANN era a favor de liberar a organização do JPA, já que o acordo tinha caráter temporário, com o objetivo de preparar a ICANN para sua própria independência do governo dos EUA. Quando o primeiro acordo entre a ICANN e o DOC foi assinado em 1998, o governo enfatizou que o processo de transição do DNS para o setor privado deveria ser terminado até o dia 30 de setembro de 2000 (DOC 1998). Com as prorrogações permanentes do JPA o processo levou mais de nove anos.

No seu relatório anual de 2008, a ICANN confirmava mais uma vez sua maturidade para continuar independente do DOC:

"The Joint Project Agreement (JPA) between the United States Government and ICANN has as its purpose the transition of the Internet Domain Name System (DNS) to private sector multistakeholder leadership. ... The Board of ICANN believes the JPA has helped ICANN become a stable organization and that ICANN is meeting

its responsibilities. Concluding the JPA in September 2009 is the next logical step in transition of the DNS to private sector management." (ICANN 2008, p. 37)

Essa idéia foi também apoiada por um grande número de pessoas dentro da comunidade da internet. Um deles foi Hartmut Glaser, professor na Escola Politécnica da USP e Diretor Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). Segundo Glaser, é necessário substituir o JPA com um novo modelo desenvolvido nos últimos anos, um sistema que é "coordinated not controlled" (GLASER 2008).

Depois de meses de discussões e especulações, o JPA foi substituído pelo Affirmations of Commitment (AoC). O contrato foi assinado no dia 30 de setembro de 2009 por Rod Beckstrom (Presidente da ICANN) e Lawrence E. Strickling (Secretário Assistente da National Telecommunications and Information Administration, NTIA / DOC). Essa decisão pode ser considerada um passo crucial para acabar com a influência unilateral dos EUA sobre alguns dos recursos principais de controle da internet. O problema de que o comando da ICANN sobre a rede global indicava o controle de um único país sob a internet não foi resolvido, porque o novo contrato também foi desenvolvido e assinado pela ICANN e o DOC, sem consultar outros atores do ambiente multissetorial. Mas o problema foi

minimizado, porque o AoC acabou com a obrigação de entregar um relatório de atividades exclusivamente para o DOC. Agora, a cada três anos, uma avaliação deve ser feita por grupos chamados pelo Presidente da ICANN e pelo diretor do GAC. Isso não pode ser chamado de uma solução perfeita, porque mesmo que a transparência no trabalho desses grupos seja considerada um fator importante, as avaliações do trabalho da ICANN vão ser feitas por pessoas da própria ICANN que têm a confiança do Presidente. Uma avaliação externa poderia gerar resultados diferentes.

Para o Brasil, o final do JPA pode ser considerado um sucesso. De que maneira o AoC vai ser implementado para beneficiar a participação dos atores brasileiros (e de outros países) vai ser visível em alguns anos, quando uma prática for estabelecida para realizar o novo contrato. O fato de que o AoC não foi desenvolvido num ambiente multissetorial é um ponto fraco, com o qual vai sofrer nos próximos anos. Outro aspecto articulado pelo Secretário Vitor Hansem do Itamaraty é o problema de a organização continuar sob a lei da Califórnia. Segundo Hansem, o governo brasileiro enfatiza a importância de "dotar o sistema ICANN de instrumentos jurídicos que o tornem responsável perante o direito internacional - ou seja,

identicamente responsáveis perante todos os países.”

Referências bibliográficas

DOC 1998: United States Department of Commerce: Management of Internet Names and Addresses (ICANN White Paper), Docket Number: 980212036-8146-02, junho 1998
<http://www.icann.org/en/general/white-paper-05jun98.htm> (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

Glaser, Hartmut 2008: Comments on Midterm Review of Joint Project Agreement, email escrito para a NTIA no dia 7 de fevereiro de 2008
http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/domainname/jpacomments2007/jpacomment_044.pdf (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

ICANN 2008: Annual Report, 31 de dezembro de 2008
<http://www.icann.org/annualreport/annual-report-2008-en.pdf> (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

IGP 2008: Comments of the Internet Governance Project on the continued transition of the technical coordination and management of the Internet's Domain Name and Addressing System: Midterm Review of the Joint Project Agreement,
www.internetgovernance.org/pdf/IGP-JPA-08-comments.pdf (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

NOGUEIRA VIANA, JOSE MARCOS 2004: Posição oficial do Brasil sobre Governança da Internet, Editora: Governos, October 6, 2004
<http://www.latinoamericann.org/?q=node/1768> (acessado dia 5 de dezembro de 2009)

A necessidade de investigar a segurança cibernética no Brasil

Daniel Oppermann

Nos últimos três anos a utilização das tecnologias de informação e da comunicação (inclusive a internet) cresceu continuamente no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2009 mostra que a parte da população que tem acesso a internet aumentou 75,3% entre 2005 e 2008. Segundo o IBGE, atualmente 34,8% da população com mais que 10 anos de idade têm acesso à internet. Outras pesquisas, como do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), provam as mesmas tendências. Segundo a última pesquisa anual (2009), feita pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e da Comunicação (CETIC), uma entidade de pesquisa do CGI, houve um crescimento anual de 18% em média no número de domicílios com computador. Paralelamente, cresceu 2% o número de domicílios com acesso à internet. A diferença entre os dados do CGI e do IBGE pode ser explicada pelo fato de que uma boa parte da população tem acesso online ou no trabalho ou em um cyber café, uma das microempresas que tiraram bastante proveito do boom digital. Segundo o CGI, quase três quartos (71%) dos domicílios com computador têm acesso à internet.

No setor econômico os números são mais altos ainda. A pesquisa do CGI mostra que 94% das empresas com 10 ou mais empregados usam computadores. Entre as empresas maiores (50 ou mais empregados) esse número chega a 100%. 97% das empresas com computadores têm acesso à Internet. Num ambiente econômico crescente, como é o caso no Brasil, essas empresas também dependem da segurança das redes para proteger as próprias informações, os dados dos clientes e para garantir meios seguros de transações financeiras nacionais e internacionais.

Os prognósticos mostram que nos próximos anos o Brasil (junto com outros países na América do Sul) vai continuar nesse caminho de crescimento digital. Por isso, está na hora de pensar sobre as necessidades e obrigações que acompanham esse desenvolvimento. Uma delas é a tematização da segurança cibernética, um tema que inclui mais que somente a instalação de um programa anti-vírus. O conceito da segurança cibernética também chega à necessidade de proteger as próprias redes nacionais contra acessos ilegítimos. Durante os últimos anos, aconteceu uma série de ataques virtuais contra a infra-estrutura crítica em vários países do mundo, como na Estônia, na Georgia e em outros países, principalmente na Ásia, na Europa e na América do Norte. Mas também instituições ou redes brasileiras já sofreram ataques virtuais. Por exemplo, em novembro de 2008, a rede da embaixada brasileira na Índia foi invadida. Em outros casos, computadores no Brasil participaram, sem conhecimento de seus usuários, de ataques virtuais contra outros países através de botnets (redes de computadores conectados sem conhecimento dos proprietários com o objetivo de prejudicar outras redes).

Analistas de segurança estão cada vez mais enfatizando que a segurança cibernética é um dos grandes desafios dos próximos anos. Não simplesmente para especialistas da informática, mas também para representantes do governo e instituições acadêmicas. O Brasil não pode mais esperar, tem que perceber que esses problemas existem e vão prejudicar o próprio desenvolvimento político, econômico e social se eles não forem efetivamente investigados.